

# Povo defende-se punindo bandidos

— Gaspar Zimba no acto de execução de seis sentenciados à morte

«É a justiça do Povo que se abate sobre eles; é o Poder do Estado, conquistado à custa do sangue generoso e do sacrifício do nosso Povo que se afirma com firmeza» — disse o Presidente do Conselho Executivo da Cidade de Maputo momentos antes

Neste preciso momento, está a decorrer no Bairro da Liberdade, uma manifestação organizada pelas ODMs e pelos Grupos Dinamizadores para exprimir o seu apoio e saudar as penas contra os Candonqueiros, recentemente votadas pela Assembleia Popular.

Saudamos essa iniciativa porque ela reflecte a correcteza e oportunidade dessas medidas e o ódio que todo o nosso Povo sente pelos exploradores e seus apañiguados. Analisemos a sequência dos factos a partir do histórico Comício de Chibuto orientado pelo Presidente da República Popular de Moçambique.

Em Chibuto, ficou claro que não existe nenhuma diferença entre o candonqueiro e o bandido armado. Chibuto, foi o teste que nos indicou até que ponto exercemos ou não o Poder conquistado. Em Chibuto, vimos que o ladrão, o especulador e o bandido armado actuam do mesmo lado com o objectivo de desestabilizar a Paz que construímos, a ordem e a franquidade pública pela qual todos nós ansamos.

Recordar Chibuto, é recordar as palavras do Chefe do Estado quando disse, e eu cito:

«... Estamos invadidos por pulgas, piolhos, percevejos, por parasitas. Os candonqueiros aqui, já não são candonqueiros; são criminosos e vendidos da Pátria. As cidades estão cheias deste tipo de bandidos sem armas, representantes dos bandidos armados. Nós que temos o poder somos os culpados. O Governo não tem castigado severamente os candonqueiros que desviam produtos dos circuitos normais».

Estas palavras proferidas pelo Marechal da República, sintetizando as contribuições do Povo, demonstram como, na verdade, não aplicamos a vontade do Povo, não utilizamos a força repressiva da lei contra os inimigos do Povo e da lei que a Constituição da República Popular de Moçambique nos confere. Como consequência, somos assaltados por bandidos sem escrúpulos, gente sem moral que, aproveitando-se das nossas dificuldades económicas, roubam, matam, especulam em detrimento dos interesses do Povo.

## CANDONGA: NORMAL?

Estávamos a agir com resignação perante o crime. Estávamos a aceitar passivamente o crime. Considerávamos já normal que arrombassem as nossas casas, violassem as nossas filhas e mulheres.

Passivamente aceitávamos a arrogância dos pequenos e grandes candonqueiros. No bazar, no mercado, sabíamos quais eram os preços, mas se o candonqueiro tinha peixe e dizia que ele só falava inglês, iam embora sem o peixe.

Se o candonqueiro nos recusava vender a alfaiça pelo preço tabelado pagávamos o preço da candonga. Se o candonqueiro recusava vender o quilo da batata e só vendia o saco, lá aceitávamos comprar o saco.

Achávamos normal que o candonqueiro comprasse o fiscal, o homem da Alfândega, o polícia. Achávamos normal que o camarão e o açúcar, o gado aqui criado pelo nosso trabalho saíssem na candonga para países vizinhos.

Tivemos que perguntar: quem lutou, quem se sacrificou para libertar esta terra? Foi o Povo ou foram os candonqueiros? Quem é o dono da terra, o Povo ou os candonqueiros? Quem manda na polícia, nos tribunais, nos fiscais, quem lhes paga o vencimento? São os ladrões, os malfeitores, os candonqueiros ou somos nós? Este poder a quem pertence? Quem são os deputados, quem os elegeu?

Os deputados foram eleitos pelo Povo, são representantes do Povo, são filhos do Povo; então devem defender o Povo. Exercer o Poder que o Povo lhes entregou. O bandido armado destrói a nossa produção e cria-nos dificuldades. O candonqueiro rouba os nossos produtos e cria-nos dificuldades. A diferença entre o candonqueiro e o bandido armado é a diferença entre a carraca e a pulga. A carraca, como o candonqueiro, vive incrustada em nós. A pulga chupa o sangue e depois salta, é como o bandido armado. Ambos chupam o nosso sangue. Ambos devem ser punidos e fuzilados se necessário.

O Órgão Supremo do Poder de Estado na República Popular de Moçambique — a Assembleia Popular — ao reunir-se na sua 11.ª Sessão Ordi-

do fuzilamento dos seis condenados à morte pelo TMR. Eis na íntegra a intervenção que Gaspar Zimba proferiu na reunião que precedeu à cerimónia de execução daquelas penas:

nária, tendo-se debruçado sobre a acção dos candonqueiros e tomado em consideração a vontade Popular expressa no Comício de Chibuto, sublinhou a necessidade do exercício efectivo do Poder, como condição para que a Revolução triunfe. Na Assembleia Popular, vimos como as nossas Leis não são respeitadas porque não as utilizamos; a generalização de actos anti-sociais cujos autores permanecem impunes, ou quando muito com penas que não correspondem à gravidade dos crimes que cometem.

Assistimos à proliferação de candonqueiros e assassinos que a penumbra da nossa própria inércia, desizama num à vontade anormal, com o Povo na mira dos seus objectivos sangüinários.

E o Povo quem paga. E o Povo quem é roubado. São cidadãos pacíficos que são assassinados. São centenas de milhares de crianças sem leite e pão, porque o leite e o pão, estão na candonga.

E por isto que declaramos: Morte aos candonqueiros! E por isto que dizemos que o chitico deve regressar para defender e servir os interesses do Povo.

## DEFENDEMOS A VIDA

Nós somos um Estado que constrói a Paz. Somos um Estado que defende a vida do Povo. A vida e a liberdade são direitos universais consagrados em todas as Constituições dos Países do Mundo, em particular na Constituição da nossa República Popular. Nós promovemos e defendemos a vida e a liberdade. Para isso o Estado e a lei por vezes mandam retirar a liberdade ou a vida a um punhado para proteger a vida e a liberdade da grande maioria. Quando as circunstâncias nos obrigam a fuzilar um assassino, um bandido, ladrão ou candonqueiro é porque estes atentam contra a vida de todo um Povo. Atentam contra a nossa vida, a vida da maioria.

Aqui está o problema de fundo: ou sobrevivemos nós, o Povo, ou sobrevivem eles, os bandidos e os candonqueiros.

As nossas Leis, têm conteúdo e perspectiva. Quando punimos, fazemo-

-lo com um sentido político profundo. O nosso Poder, é um Poder que educa, é um Poder que reprime os criminosos, marginais e anti-sociais. Na nossa Sociedade, o Povo não é punido. As Leis, o Poder, são instrumentos do Povo, dos operários e camponeses, de todos os trabalhadores que vivem do seu trabalho honesto.

## REAJEÇÃO DE ACTITUDES MACABRAS

Queremos aqui condenar publicamente a atitude de alguns círculos imperialistas que, apoiados por um punhado de elementos no nosso seio, pedem-nos para aceitarmos passivamente o terror, o roubo e a candonga que nos impuseram alguns criminosos condenados pelo nosso Tribunal Militar Revolucionário.

Esses círculos ao pedirem clemência apenas para alguns dos réus na base da cor da pele e da riqueza, manifestaram atitudes discriminatórias, racistas e de classe, que só por si chocam violentamente com a Constituição da República Popular de Moçambique. Por isso, o Estado Moçambicano rejeitou categoricamente essa macabra atitude, porque a nossa dor reservamo-la às vítimas da exploração e da humilhação, e nunca aos bandidos e ladrões.

Nós reservamos a nossa dor às famílias enlutadas cujos parentes foram devorados pela acção assassina dos bandidos armados. Reservamos a nossa dor ao Povo moçambicano vítima dos candonqueiros que desviam grandes quantidades de produtos para abastecimento do Povo em benefício pessoal. A nossa dor e o nosso sentimento, são reservados à família de Constantin Tiodor Tsonack, peadeiro pacífico, brutalmente assassinado na sua Padaria por malfeitores, ladrões assassinos.

Reservamos a nossa dor, às vítimas de Goolam Nabi, membro activo de uma rede de contrabando de camarão e televisores, justamente sentenciado à pena capital pelo Tribunal Revolucionário.

Os criminosos que vamos ver são responsáveis por muitos sofrimentos do Povo. Uns mataram pelas suas próprias mãos. Outros roubaram e, às vezes, para garantir o roubo assas-

sinam, como é o caso de Themisson Filipe Macuacua e António Mbombi. Há outros, como o maquinista dos Caminhos de Ferro, José Jacopo Mandero, a quem confiamos a nossa vida e a riqueza do nosso Povo, mas organizam a pilhagem do comboio.

O comboio que só pode parar nas estações, para no mata para ser pilhado, e isto organizado pelo maquieta. O comboio que tem horário para cumprir é atrasado pelo maquinista para ser roubado. Qual é a diferença entre estes e os bandidos armados que também matam para roubar? Podem dizer, aquele criminoso não matou! Só roubou!

Mas quando o bebé não tem leite porque ele foi roubado e o bebé morreu a fome não vamos considerar assassino quem roubou?

Perguntaríamos aqui aos presentes: — Quantas toneladas de arroz, de peixe, de carne se compram com uma só tonelada de camarão?

## CANDONGUEIRO=BANDIDO ARMADO

— Quantas pessoas não teriam sido beneficiadas por tão grandes quantidades de toneladas de camarão desviado por Goolam Nabi?

— Quantas toneladas de trigo ou leite para alimentar as nossas crianças, não teriam comprado com as divisas que foram parar nos bolsos de um grupelho de indivíduos?

Reservamos, pois, a nossa dor a essas crianças e a esses trabalhadores, vítimas do roubo e do desprezo dos candonqueiros.

Recordando Chibuto, o Povo disse: — Não há diferença entre o bandido armado e o candonqueiro.

Por isso, para nós, fuzilar um candonqueiro é uma e mesma coisa que fuzilar um bandido armado.

Que a vontade do Povo seja cumprida contra aqueles que mataram e sugaram sem piedade o sangue do Povo.

Os assassinos e os candonqueiros sentenciados há dias pelo Tribunal Militar Revolucionário, serão castigados aqui mesmo.

Queremos solicitar a todos os presentes o maior respeito, a maior solemnidade neste acto.

E a justiça do Povo que se abate sobre eles, é o Poder do Estado, conquistado à custa do sangue generoso e do sacrifício do nosso Povo que se afirma com firmeza; é a reafirmação da nossa personalidade, a concretização da vontade do Povo.

11/4/83 N.